

Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais

Políticas lingüísticas para la internacionalización de la educación: una mirada decolonial a partir de los Institutos Federales

Renata Mourão Guimarães  
renata.guimaraes@ifb.edu.br

Instituto Federal de Brasília – IFB

Kleber Aparecido da Silva  
kleberunicamp@yahoo.com.br

Universidade de Brasília – UnB

Resumo

Este artigo tem como objetivo problematizar as políticas linguísticas para a internacionalização da educação dos/nos Institutos Federais (IFs). Apoiando-nos na Linguística Aplicada Sulear(LAS), discorreremos sobre a relação entre políticas linguísticas e internacionalização da educação, atentando para o lugar e o papel das línguas nesse processo, e de possíveis traços (de)coloniais presentes nas políticas linguísticas voltadas para a internacionalização nos/dos IFs, entre 2008 a 2021. Para fins de problematização, a pesquisa lançou mão de documentos oficiais de políticas linguísticas e de políticas de internacionalização dos IFs, páginas institucionais, notícias, boletins informativos, webinários. Este estudo é, portanto, exploratório-descritivo, orientado por aspectos intrínsecos à abordagem qualitativa-interpretativista. Como resultado, verificamos que as políticas linguísticas para internacionalização da educação (PLI), no contexto dos IFs, apresentam-se de forma híbrida, com a coexistência de sentidos e práticas hegemônicas, não-hegemônicas e contra hegemônicas. Em outros termos, as PLI estão associadas à perspectiva crítica encapsulada no pensamento moderno/colonial/capitalista.

Palavras-chave

Internacionalização da Educação. Políticas Linguísticas. Decolonial.

Resumen

Este artículo tiene como objetivo problematizar las políticas lingüísticas para la internacionalización de la educación de/en los Institutos Federales (IFs). Apoyándonos en la Lingüística Aplicada del Sur (LAS) discutimos la relación entre políticas lingüísticas e internacionalización de la educación, prestando atención al lugar y al papel de las lenguas en este proceso, y a los posibles rasgos (de)coloniales presentes en las políticas lingüísticas orientadas a la internacionalización, entre 2008 a 2021. Para la problematización, la investigación hizo uso de documentos oficiales sobre políticas lingüísticas y de internacionaliza-

FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 01/06/2022

Aprovação do trabalho: 27/07/2022

Publicação do trabalho: 19/08/2022

 10.46230/2674-8266-14-8529

COMO CITAR

GUIMARÃES, Renata Mourão; SILVA, Kleber Aparecido da. Políticas linguísticas para a internacionalização da educação: um olhar decolonial a partir dos institutos federais. **Revista Linguagem em Foco**, v.14, n.1, 2022. p. 33-56. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/8529>.

Distribuído sob



Verificado com

Plagius
Detector de Plágio

ción, páginas institucionales, noticias, webinarios. Este estudio es, por tanto, exploratorio-descriptivo, guiado por aspectos intrínsecos al enfoque cualitativo-interpretivista. Como resultado verificamos que las políticas lingüísticas para la internacionalización de los IFs se presentan de forma híbrida, con la coexistencia de sentidos y prácticas hegemónicas y contrahegemónicas, asociadas a perspectiva crítica encapsulada en el pensamiento moderno/colonial/capitalista.

Palabras-clave

Internacionalización de la Educación. Políticas lingüísticas. Decolonial.

Introdução

Em contexto de internacionalização da educação, as línguas ganham notoriedade, tomando que “internacionalizar é acessar e tornar acessível, por meio da língua, materna ou estrangeira, a ciência e o conhecimento em uma escala que transcende a fronteira do nacional” (AZEVEDO; SILVA-JÚNIOR; CATANI, 2015, p. 65).

Nessa direção, discussões relacionadas às línguas enfatizam que a falta de proficiência linguística e de domínio de línguas estrangeiras (LE), especialmente de língua inglesa (LI), pode ser uma barreira para a internacionalização (DE WIT *et. al.*, 2015; STALLIVIERI, 2017). Por esse lado, faz-se alusão à necessidade de as instituições, especialmente as de nível superior, desenvolverem a capacidade linguística da sua comunidade acadêmica. Isso mostra o *status* que as línguas estrangeiras/adicionais (LE/A) têm como parte essencial do processo de internacionalização. Esse entendimento tem apontado para a relação substancial entre internacionalização da educação (IE) e políticas linguísticas (PL).

Embora a importância das línguas para a internacionalização da educação seja evidente, um olhar mais atento às políticas linguísticas voltadas ou direcionadas a esse processo, especialmente no Brasil, leva-nos a pressupor que há um modo moderno/colonial/capitalista nessa dinâmica. Tal perspectiva é percebida em alguns aspectos destacados por Jordão (2010) e Arnoux (2020), a saber: a commodificação da língua como produto de compra e venda; a concepção do inglês como língua de acesso a um conhecimento de ordem superior, mais racional e produtivo do que os conhecimentos em português; a reprodução de modelos de ensino-aprendizagem de países centrais nas escolas brasileiras; a frustração do uso de tais modelos como referenciais de sucesso; o ensino das línguas hegemônicas como ferramenta de inclusão social e profissional; os formatos impostos pelas revistas científicas geridas desde o centro; a elaboração de exames de proficiência em uma ou outra língua majoritária; entre outros.

Autores latino-americanos vêm participando ativamente de debates e

produzindo críticas engajadas num contexto geopolítico de desigualdade. Muitos desses estudos buscam problematizar, por exemplo, a dependência acadêmica; relações assimétricas entre instituições e países; a fuga de cérebros; a adaptação dos currículos ao internacional; desigualdades na produção e circulação do conhecimento; a configuração do Sul Global como cliente; a submissão das instituições ao modelo de competição baseado em *rankings*; a desvalorização das particularidades contextuais e culturais das instituições; a burocracia da ciência na América Latina, entre outras questões.

Oregoni (2017) discute duas categorias de internacionalização: a hegemônica (exógena, comercial, mercantil e competitiva) e a não-hegemônica (endógena, solidária e colaborativa). A autora explica que a internacionalização hegemônica é mercantil, incentivada por projetos, atores, interesses extra-regionais numa relação assimétrica norte-sul. Por outro lado, a internacionalização não hegemônica é solidária, orientada por organismo nacionais e regionais e se baseia a partir de laços de cooperação internacional. A não hegemônica se transforma em contra-hegemônica na medida em que encontra instrumentos para a ação de fomentar características de internacionalização diferentes das tendências dominantes.

Partindo dessas questões, consideramos importante avançarmos no deslocamento de sentidos hegemônicos e ocidentais universalizados, do *ethos* de subserviência, dependência e colonialidade no qual estamos imersos/as.

A colonialidade é um conceito cunhado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano, no final da década de 1980, para designar padrão de poder, matriz de dominação e de exploração, material e intersubjetiva, que se iniciou com a colonização, e continua com o neoliberalismo capitalista (MIGNOLO, 2017). A colonialidade opera em planos materiais e subjetivos e permanece nas relações sociais cotidianas, mesmo com a independência e emancipação das colônias (DUSSEL, 1993; QUIJANO, 2005, 2009; MALDONADO-TORRES, 2007, 2020; MIGNOLO, 2017, 2020).

Os esforços de compreensão e de desconstrução das grandes narrativas da modernidade, sobretudo aquelas do eurocentrismo, ganham força na América Latina, a partir da década de 1990, com os estudos decoloniais. O pensamento decolonial é, dessa forma, o esforço analítico para compreender, com a finalidade de superar, a lógica da colonialidade por trás das retóricas da modernidade, a estrutura de administração e controle simbólico sobre os conhecimentos, sobre os corpos, sobre o pensamento, sobre o político e o econômico, sobre o meio ambiente etc. (MIGNOLO, 2017).

Nesse sentido, existe argumentação a favor da decolonialidade como projeto político-acadêmico de oposição, de luta, de resistência, de enfrentamento a essas lógicas da modernidade/colonialidade. A decolonialidade ou projeto decolonial se identifica, portanto, como diversos momentos, ações, eventos de resistência política e epistêmica. Esse movimento busca esclarecer, sistematizar e elucidar historicamente a colonialidade do poder, do saber e do ser, ajudando-nos a pensar em estratégias para transformar a realidade (BERNADINO-COSTA; MALDONADO-TORRES; GROSFUGUEL, 2020).

Logo, este estudo tem como objetivo problematizar as políticas linguísticas na (e para) a internacionalização da educação (PLI), nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir de um olhar decolonial, em diálogo com a Linguística Aplicada (Crítica) na perspectiva do Sul.

A linguística aplicada na perspectiva do Sul (PENNYCOOK; MAKONI, 2020; KLEIMAN, 2013) é transgressiva (PENNYCOOK, 2001, 2006, 2007), decolonial (QUIJANO, 2005, 2009; MIGNOLO, 2017, 2020; GROSFUGUEL, 2008; WALSH, 2012; MALDONADO-TORRES, 2007, 2020) e do Sul para o Sul (KLEIMAN, 2013). Por ser o pensamento decolonial, crítico por si (MIGNOLO, 2007), utilizaremos, daqui em diante, o termo “Linguística Aplicada Suleada ou LA Sulear” (LAS), uma vez que a Linguística Aplicada Crítica (LAC), na perspectiva do Sul, é decolonial, e, portanto, essencialmente crítica.

Para Pennycook e Makoni (2020), a linguística aplicada na perspectiva do Sul se esforça em desafiar as formas como pensamos língua/linguagem, educação linguística, políticas linguísticas, direitos linguísticos etc., em projeto contínuo de decolonização dessas concepções. E entende suas responsabilidades políticas e éticas em um mundo desigual, buscando, em trabalho aplicado e de investigação crítica, desenvolver relações de respeito a outros tipos de epistemologias, questionar, problematizar e buscar transformações de certas estruturas legitimadas etc.

Para o desenvolvimento deste estudo, embasamo-nos na interpretação dos sentidos produzidos em documentos da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (RFEPCT) e dos 38 Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), tais como: políticas/diretrizes de internacionalização; plano de desenvolvimento institucional (PDI); política de internacionalização; políticas linguísticas/de línguas; páginas institucionais; boletins informativos; notícias; webinars.

A perspectiva de se pensar a produção de sentido como o envolvimento de diferentes repertórios: linguísticos, semióticos, sensoriais, espaciais, pessoais,

afetivos etc., leva-nos à análise translíngua do material empírico.

Na translanguagem, a linguagem é vista por uma perspectiva transgressora, ou seja, não se restringe às estruturas linguísticas. Ela enfatiza a natureza multimodal e multissensorial das práticas linguísticas na sociedade contemporânea (WEI, 2018); abrange o cruzamento de linguagens e contextos; e traz à tona aspectos sociais, históricos e políticos que moldam práticas linguísticas, enfatizando tanto sua construção discursiva quanto ideológica (CANAGARAJAH, 2018).

Com base nesses autores, entendemos que não há apenas uma maneira de agir, uma vez que com todos esses repertórios, o agente se posiciona de uma forma ou de outra. Logo, valemo-nos de análise mais aberta, dinâmica e fluida dos dados. Essa perspectiva está relacionada com a luta por práticas mais plurais, que por sua vez, ressoa na orientação mais inclusiva em análise de dados. Além disso, respeitar a diversidade de repertórios e reconhecer a natureza multifacetada da linguagem é fundamental para o empreendimento decolonial.

Desse modo, apresentamos, primeiramente, os elementos teóricos que embasam a análise em questão. Em seguida, apresentamos alguns sentidos produzidos pelos institutos federais, em termos de concepção de língua/linguagem e do papel/lugar das línguas (e quais línguas) no processo de internacionalização. Apresentamos, também, alguns desafios e/ou potencialidades para os IFs nesse contexto. E, por fim, tecemos as nossas considerações finais.

1 Perspectivas decoloniais em linguagem

É evidente que a internacionalização da educação confere às línguas papel relevante, uma vez que as relações sociais são nutridas pela linguagem, na lógica multissemiótica e multimodal intrínseca das comunicações interacionais. Diversas publicações sobre a internacionalização do ensino superior mencionam que durante a Idade Média, tanto alunos quanto professores se deslocavam de um país a outro, e tinham o latim como veículo (ALTBACH, 2015; DE WIT; ALTBA-CH, 2021). Atualmente, podemos considerar que duas narrativas se reproduzem amplamente na relação língua e internacionalização: internacionalização como mobilidade, e, por isso, a necessidade das línguas para o acesso a Instituições de Ensino Superior (IES), e a importância da comunicação em inglês no mundo global.

Isso posto, arriscamo-nos dizer que as línguas estão na gênese, na essência e no imaginário da internacionalização, mas não a determina. As línguas determinam com quem, com o que e quem pode interagir e participar desse pro-

cesso. Em outros termos, as línguas determinam quais pessoas, subjetividades, culturas, identidades, corpos, conhecimentos, saberes, experiências, práticas, regiões, países etc. são (des)classificados do/no processo de internacionalização da educação.

Nesse sentido, argumentamos que as políticas linguísticas podem ser produto(ra)s e/ou reprodutoras de sentidos e práticas coloniais/modernas/capitalistas ou não. Elas estão imbricadas na lógica de poder, saber, ser e estar no/do processo de internacionalização. Para tanto, faz-se necessário decolonizar as políticas linguísticas e as praxiologias¹ de seus agentes. Decolonizar as políticas linguísticas inclui, assim, a “desnacionalização, desobjetificação, despatriarcalização e desmonetarização das concepções de línguas e suas políticas” (QUEIROZ, 2020, p. 23). E inclui, também, a necessidade de seus agentes assumirem foco de resistência, que se opõe à hegemonia (HAMEL, 2017).

Política linguística é o campo de atividade de interesse público que gira em torno das línguas. Ela envolve tomada de decisões, reflexões, escolhas e a implementação de ações. Concerne a uma série de atividades relativas à política, ao planejamento, à planificação, à proteção, à manutenção, ao cultivo e ao ensino das línguas (RAJAGOPALAN, 2013, 2014). Trata-se de mecanismo de política que tem impacto na estrutura, função, uso ou aquisição/aprendizagem da língua (JOHNSON, 2013).

Por ser campo de ação política, ao falarmos em políticas linguísticas, pensamos, normalmente, em atividade de natureza explícita, materializada em documentos oficiais e posta em prática de cima para baixo (*top down*), pelas altas esferas governamentais ou por outra “autoridade”; contudo, políticas linguísticas podem emergir de baixo para cima (*bottom up*), ocorrer apesar dos textos oficiais, serem produzidas “na prática” localmente, e, por vezes, não são intencionais ou cuidadosamente planejadas (RAJAGOPALAN, 2013, 2014; JOHNSON, 2013; CALVET, 2007).

É nessa perspectiva que as políticas linguísticas podem ser agentes da colonialidade/modernidade ou de enfrentamento a essas lógicas. Os agentes políticos, por meio de suas decisões, escolhas, planejamento e prática, podem manter, reforçar e reproduzir (ou não) a superioridade de determinadas línguas, povos, conhecimentos e práticas, bem como ideias e práticas universais, hegemônicas e deslocalizadas. E em virtude da hegemonia de discursos políticos e econômicos, as PLs acabam por imprecisar, muitas vezes, o papel das línguas para a socieda-

1 As praxiologias são nossas epistemologias fundidas com nossas práticas, misturadas de tal forma que não podem ser expressas senão em uma palavra. (PESSOA; SILVA; FREITAS, 2021, p. 16).

de, e em particular aquelas que impactam a oferta das línguas. Em muitos casos, acabam priorizando uma ou outra língua nos currículos.

Nesse cenário, e a partir de um olhar decolonial, cabe problematizar o sentido de língua/linguagem única, homogênea, linear, neutra, monomodal etc.; o monoliguismo/monoculturalismo; a colonialidade linguística: supremacia, assimetria, hierarquização entre as línguas; o apagamento e silenciamento linguístico; o imperialismo linguístico, o linguocentrismo, a glotofobia etc.; as políticas linguísticas como ferramentas de servilismo para práticas eurocêntricas, hegemônicas, neoliberais e elitistas; a função da língua como serviço/dispositivo para atividades pontuais de internacionalização e não como conhecimento/saber. Cabe, ainda, discussões sobre o espaço para a agência dos envolvidos, na construção das PLs e a superação do papel do professor de línguas apenas como executores de políticas linguísticas e não como agentes (decisores, formuladores, fazedores, implementadores) delas.

Segundo Pennycook (2006), cabe questionar, no tocante à linguagem, os imperativos de embates do mundo real, entre eles a dominação, controle, desigualdade e agenciamento na produção e no acesso ao conhecimento. E quanto às línguas, problematizar a sua concepção como algo estático, por vezes, sinônimo de idiomas, a ideia de língua única, língua padrão e de unicidade: uma língua, um povo, uma nação.

Para Pennycook e Makoni (2020), é necessário investigar a base ideológica e colonial de aspectos relacionados à língua/linguagem, mas também explorar formas pelas quais nossas suposições ontológicas e epistemológicas sobre esses construtos podem alimentar um tipo particular de política. Ainda segundo esses autores, muitas dessas suposições, incluindo individualismo, racionalismo e uniformidade, reforçam, por exemplo, um modelo de política compatível com os requisitos das economias globalizadas contemporâneas.

Os estudos críticos, apoiados em teorias decoloniais, buscam denunciar, portanto, as relações assistemáticas no uso da linguagem e aclamam pelo interesse e respeito pela voz e pelas ideias dos outros; denunciam, ainda, as relações hierárquicas no uso das línguas, a tensão entre duas ou mais línguas, a homogeneidade, o monoliguismo, a padronização, a essencialização, o sujeito de fala universal etc.

Nessa lógica, é importante que se discutam “futuros preferíveis” (PENNYCOOK, 2001) ou alternativas para estratégias tradicionais de internacionalização que promovam desconstrução da colonialidade linguística, a desmistificação da noção de falante nativo, o rompimento de práticas hegemônicas e excludentes

de linguagem, bem como o estímulo de interações linguísticas tolerantes e solidárias.

Garcés (2007) discute o linguocentrismo das línguas modernas e a subalternização linguística das minorizadas. Para o autor, língua e conhecimento estão marcados por duas características desde as tramas do poder: um saber e línguas eurocêntricas; um saber e línguas imersas na matriz colonial, sendo necessário examinar de que modo nosso conhecimento e a valoração-uso de nossas línguas estariam marcados por horizonte imperial de colonialidade do poder, mediante aquilo que chamamos de modernidade, que em sua prática e racionalização constrói a ordenação linguística de classificação e hierarquização das comunidades humanas. O autor salienta que algumas línguas servem para a literatura e expressão cultural dos povos, mas não para as ciências. Nesse sentido, existe a distribuição geopolítica do conhecimento baseado nas línguas, atribuída pelos centros de poder.

Entre as línguas coloniais modernas, o avanço do inglês no campo da ciência é discutido amplamente na literatura (OLIVEIRA, 2010, 2013; HAMEL, 2013, 2016, 2017a, 2017b). Tal panorama reflete a geopolítica da língua inglesa e o seu papel hegemônico no contexto linguístico-intercultural da internacionalização, fazendo com que a própria língua inglesa (LI) seja sinônimo de PL. É necessário, assim, problematizar a primazia e imposição do inglês como língua de produção/circulação do conhecimento e, por outro lado, a possibilidade de pensar outras línguas de saber.

Outro ponto a ser considerado, são as práticas hegemônicas de linguagem em contexto de internacionalização. Apesar da estreita relação entre internacionalização e políticas linguísticas, é necessária a superação do processo de internacionalização da educação baseado em mitos e equívocos (KNIGHT, 2011; DE WIT, 2013), especialmente o de internacionalização como sinônimo de mobilidade acadêmica. Isso, porque muitas ações de natureza linguística são justificadas sobretudo pela necessidade da capacidade de comunicação para práticas específicas, pontuais e elitistas. Tal perspectiva confere o olhar funcional, positivista e hegemônico às línguas.

Nesse cenário, as línguas estrangeiras/adicionais têm sido apresentadas como ferramentas ou instrumentos (de comunicação) indispensáveis a atividades pontuais. Tal perspectiva remete à relação neutra entre agente e língua, pois “um instrumento é realmente um utensílio de que se lança mão quando se tem necessidade e que se dispensa em seguida” (CALVET, 2002, p. 57). Além disso, reforça a internacionalização como amontoado de atividades fragmentadas e dis-

sociadas, sem relação entre si, ou, ainda, como um fim em si mesma, e não como processo.

Os efeitos da globalização econômica e do neoliberalismo nas políticas de internacionalização refletem, assim, nas políticas linguísticas. Estas passam a ter qualidade de servil, para ações eurocentristas e hegemônicas, especialmente sob influência de organizações internacionais. Em contexto brasileiro, é comum, por exemplo, a reprodução de modelos de PLs advindos do Conselho da Europa², especialmente no uso do Quadro Comum Europeu de Referência para Línguas (QCER) na elaboração de cursos, currículos, metodologias de ensino e de testes de línguas internacionais para ter acesso a práticas acadêmicas de prestígio, provocando desencontro entre as exigências globais e locais.

Segundo Shohamy (2006), os testes linguísticos referem-se ao conjunto de mecanismos que são usados de maneiras sutis para manipular a linguagem e criar políticas linguísticas para perpetuar agendas ideológicas. Esses testes são considerados dispositivos poderosos impostos por grupos no poder para afetar as prioridades linguísticas, as práticas de linguagem e os critérios de correção, muitas vezes levando à inclusão e exclusões e a perpetuar ideologias. Operam em três direções: determinando o prestígio e o *status* das línguas; padronizando e perpetuando a correção da linguagem; suprimindo a diversidade linguística.

Muitas vezes busca-se um perfil linguístico e um nível de língua homogênea, como requisito para conseguir certificados reconhecidos a nível internacional. Nesse caso, a comunidade acadêmica é levada a incorporar esse padrão linguístico para cumprir o perfil desejável exigido por instituições de prestígio. Embora, para a realização de várias atividades, o conhecimento em LE/A seja subsídio para diversas práticas, seria pretensioso dizer que as línguas determinam todo o processo de internacionalização, uma vez que a internacionalização requer organicidade que transcende a disposição de competências linguísticas.

Logo, faz-se necessária a superação de entendimentos essencialistas e de ações reducionistas que compreendem a internacionalização da educação tão somente como a participação em programas de mobilidade acadêmica, publicação em periódicos internacionais de prestígio e em inglês etc. Diferentemente, concebe-se a internacionalização de maneira integral, no sentido de que ela se torna parte da instituição e de seus agentes, e que, portanto, viabiliza impactos

2 O Conselho da Europa (1949) é uma organização internacional que tem como objetivo a estabilidade político-social na Europa. No tocante às línguas, define políticas linguísticas, recomenda metodologias de ensino, define padrões para proficiência em LA, nomeadamente, Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas (QCER). (<https://www.coe.int/pt/web/about-us>)

positivos na instituição e na sociedade.

Nessa perspectiva, as línguas no contexto de internacionalização, como prática social capaz de transformar relações, tornam-se a estratégia que contribui para a construção de uma sociedade mais justa e democrática e que se importa com os problemas de cunho global. Há, portanto, de se pensar nas línguas para além da mobilidade, dos *rankings*, da aprovação em exames de proficiências. Isso tudo implica a reflexão crítica contínua sobre o papel das PLI, sobre as relações sociais, as relações de poder, o político e ético, a justiça social, os embates significativos de construção de sentidos, os conhecimentos e os direitos de aprendizagem no processo de internacionalização.

Apoiando-nos nesses entendimentos, consideramos que algumas características podem se referir a sentidos encapsulados e desencapsulados do pensamento moderno/colonial/capitalista, conforme quadro a seguir.

Quadro 1 - Sentidos de língua/gem e suas práticas (des)encapsuladas da lógica moderna/colonial/capitalista

Encapsulação	Desencapsulação
Língua/gem pura, homogênea, linear, neutra, monomodal.	Língua/gem multissemiótica, multimodal criativa, imprevisível, provisória, dinâmica, inacabada, em trânsito, desterritorializada.
Língua primitiva, língua exótica, língua selvagem, língua simplificada, língua mista.	Língua.
Idioma.	Língua.
Língua franca.	Plurilinguismo como língua franca.
Falante nativo.	Mestiço.
Nativos e não nativos.	Identidades não fixas.
Manutenção.	Rupturas.
Indivíduo racional, uno, coeso.	Sujeito múltiplo, contraditório.
Competências.	Subjetividades.
Instrumental.	Integral.
Homogeneidade/Unificação/Padronização.	Heterogeneidade/Hibridização/Bricolagem.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Nesse sentido, alguns pontos podem emergir como foco na desencapsu-

lação do pensamento moderno/colonial/capitalista no que concerne às línguas e às práticas linguísticas em contexto de internacionalização da educação. Entre eles:

- Distanciar da ideia de “um povo, uma nação, uma língua”;
- Problematizar o monolinguismo e a homogeneidade;
- Rejeitar as hierarquizações;
- Abandonar termos categóricos como nativos/não-nativos; correto/incorreto; iletrado/culto; moderno/atrasado; lá/cá; nós/eles;
- Pensar sobre a hegemonia de certas línguas sobre outras;
- Desconstruir a concepção de linguagem somente como meio de comunicação, de viés pragmático e utilitário;
- Renunciar o servilismo das línguas a interesses políticos e econômicos;
- Aproximar as línguas das práticas contemporâneas e das situações que vão se apresentando;
- Adaptar repertórios de linguagem com suas necessidades, ao invés de buscar atingir um nível-alvo de competência;
- Pensar na diversidade e no plurilinguismo;
- Perceber a heterogeneidade, e com isso buscar a ruptura de unificação/padronização, dando voz a todos os grupos sociais e culturais e suas variedades, contemplando, assim, uma maior diversidade linguística possível;
- Abrir espaço para interações transculturais, não-etnocêntricas, mesmo que em inglês, mas não dentro de um padrão pré-definido de inglesidade (SIGNORINI; CAVALCANTE, 1998);
- Superar a ótica da comparação, de um sujeito em falta (falta de competência na língua, falta de conhecimento).
- Estimular práticas de linguagem plurilingues e pluriculturais.

Vale destacar que não buscamos soluções, uma vez que esse não é o objetivo da LAS, mas sim abrir espaço para outras lógicas e formas de pensar, sem

reivindicar a substituição de um paradigma anterior “incorreto” por um “correto”.

A LAS opera com algum tipo de visão do que é preferível. A noção de futuros preferenciais oferece visão um pouco mais plural de onde podemos/quere-mos ir. Esses futuros preferidos, fundamentados em argumentos éticos, buscam apresentar um modelo de esperança e de possibilidades (PENNYCOOK, 2001).

Buscamos apresentar questões referentes à língua e linguagem e suas práticas que pudessem trazer contribuições para discutirmos na próxima seção alguns sentidos e ações político-linguísticas dos institutos federais, sem a pretensão de indicar respostas e soluções, e sim ampliar algumas reflexões nesse campo e contexto.

2 Sentidos e ações político-linguísticas com foco na internacionalização dos/nos institutos federais

Os institutos federais fazem parte da política de expansão da Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de 2008, e têm na verticalização, interiorização e integração, formas de desenvolver ações emancipatórias visando à educação para além do capital (PACHECO, 2019). Contudo, os IFs têm apresentado contradições. Por um lado, é visto como um programa para servir ao projeto de classe dominante, ou seja, uma educação funcional ao sistema, como educação tecnicizada e atualizada com o mercado e, por outro, são também um projeto emancipatório, na medida em que desenvolvem atividades no sentido da universalidade da educação (FORNARI, 2018).

Segundo Fornari (2018), nessa perspectiva, os IFs estão inseridos em jogos de forças, podendo ser tanto fator de desenvolvimento social, quanto meramente estar a serviço do sistema de produção, sem que todo seu potencial seja revertido em melhorias na condição de vida dos que vivem da venda de sua força de trabalho.

Nessa conjuntura, paralelamente ao desafio de construir, expandir, interiorizar e verticalizar os IFs, surge também o desafio de os internacionalizar. Isso porque a internacionalização da educação, como meta, caminho, utopia, tendência ou imposição, aparece, especialmente, nas últimas duas décadas, na agenda da educação superior (ES) (STALLIVIERI, 2017), protagonizada por instituições cujas atividades-fim são a tríade ensino-pesquisa-extensão, como as universidades e os institutos federais. Os IFs possuem status de instituições de educação superior, além de educação básica e profissional, sendo equiparados às universidades federais, no art. 2º, parágrafo 1º, de sua lei de criação. Nessa lógica, as fun-

ções tradicionais do contexto universitário compõem igualmente a missão dos IFs, configurando-os em campo fértil para a internacionalização.

A Lei 11.892/2008, que cria os IFs, não declara explicitamente a sua internacionalização, porém em seu art. 5º, parágrafo 6º (incluído pela Lei 12.863), ressalta que os IFs “poderão conceder bolsas de pesquisa, desenvolvimento, inovação e intercâmbio a alunos, docentes e pesquisadores externos ou de empresas, a serem regulamentadas por órgão técnico competente do Ministério da Educação”.

Em 2009, a partir da criação do Fórum de Relações Internacionais (Forinter), a internacionalização dos IFs passa a ser incluída nas agendas do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Conif) e da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica do Ministério da Educação (Setec/MEC). Nesse mesmo ano, foi criado, pelo Forinter, em interação com a Setec, o documento *Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia* (PI-IF/2009). Esse documento foi atualizado em 2017 e intitulado *Política de Internacionalização da Rede Federal de Educação e Tecnologia do Brasil* (PI-IF/2017).

Em 2017, no âmbito da Setec/MEC, é realizado o levantamento das ações de internacionalização da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica e resultados do GT de políticas de internacionalização (GTI/2017), resultando na elaboração do Documento de Referência de Internacionalização da Setec/MEC (DRI-IF/2017), para o biênio 2018-2019. E em 2020, é realizado o Planejamento Estratégico para o biênio 2020-2021, como foco na construção, aprovação e implementação da política de internacionalização das instituições da rede federal.

A partir dos documentos, percebemos que a internacionalização dos IFs tem como foco a formação/aprimoramento da comunidade acadêmica, especialmente, em termos de línguas adicionais, desenvolvimento de competências internacionais e interculturais, e cidadania global; o desenvolvimento institucional e sua projeção internacional; impacto na prática pedagógica.

O “fomento à prática de idiomas e de intercâmbio cultural” figura, assim, como uma das 10 “estratégias para implementação do processo de internacionalização dos Institutos Federais – IFs”. O documento intitulado “Política de Relações Internacionais dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, do Forinter (PI-IF/2009)”, esclarece que:

As relações internacionais se estabelecem por meio da comunicação em diversos idiomas. Por isso, o conhecimento de línguas estrangeiras é fundamental. Assim, é necessária a criação de Centros de Idiomas que possibilitem o desenvolvimento de competências e habilidades nas línguas de maior interesse institucional, bem

como o ensino de português para estrangeiros. Na organização desses Centros de Idiomas poderão ser estabelecidas parcerias com diversas instituições (FORINTER, 2009, p. 8).

Depreendemos desse documento, que a língua/linguagem é tida como meio de comunicação, e, portanto, uma ferramenta capaz de comunicar mensagens. Essa concepção se afasta do entendimento de linguagem como interação e prática social, e apresenta, por vezes, viés pragmático e utilitário.

Na orientação crítica e decolonial, a língua(gem) é entendida na relação entre sentido e realidade, sociedade e linguagem, sujeito e linguagem, e nessa visão são considerados os aspectos sociopolíticos e ideológicos, enfatizando-se poder e conflito. Essa concepção identifica a linguagem como cena de conflito, em que o mundo está sempre/já na palavra, espaço múltiplo e contraditório, lugar importante de luta política, onde as subjetividades são construídas e assumidas (SIGNORINI; CAVALCANTE, 2007; PENNYCOOK, 2007; PENNYCOOK; MAKONI, 2020).

Alguns institutos federais, por meio de suas políticas linguísticas, apresentam o seu sentido de língua(gem). O IFSP (2019), por exemplo, entende as línguas estrangeiras como ferramenta indispensável ao bom desenvolvimento de programas de mobilidade e internacionalização e instrumento para a cooperação internacional. O IF Baiano (2019) entende, igualmente, a língua como ferramenta indispensável para que o indivíduo amplie a perspectiva cultural, seus conhecimentos e sua visão de mundo. O IFSC (2018) compreende a concepção de língua como atividade social e como instrumento de empoderamento dos sujeitos e de inclusão social. O IFPR (2019, p. 2) apresenta a

língua(gem) como prática social, ou seja, fenômeno sóciohistoricamente situado, o que demanda compreender o fenômeno da linguagem a partir de noções não rígidas de contexto, práticas e eventos de letramento(s), relações de poder e ideologias linguísticas, além de relações sociais que ocorrem quando as pessoas usam as línguas.

Outro ponto a ser destacado, é o uso do termo idioma quando se trata de políticas linguísticas. Esse termo faz referência à língua usada para identificar um Estado-nação e, está, portanto, vinculado à língua oficial de um país. Segundo Pennycook (1998), a noção de língua atrelada ao desenvolvimento do Estado-nação demanda homogeneidade étnica e padronização. Nessa lógica, sugerimos o uso do termo língua adicional (LA). O construto língua adicional busca valorizar diversos contextos sociais e culturais e pode referir-se a qualquer língua (adquirida/aprendida, segunda/terceira língua, de acolhimento, de herança, de imigra-

ção, de integração etc.).

O Documento de Referência de Internacionalização da Setec/MEC (DRI-IF/2017) expõe a necessidade de as instituições apresentarem em seu PDI um plano de políticas para o ensino de línguas estrangeiras, e investirem recursos necessários para a formação e a preparação de professores, alunos e técnicos, para atuarem, com competência, nos processos de mediação que advêm das propostas de internacionalização nas instituições da rede federal.

Na relação entre línguas estrangeiras e internacionalização da educação, o documento prevê as seguintes ações:

- ✓ Dispor de políticas para o ensino de línguas aprovadas pelo Conselho Superior;
- ✓ Criar centros de ensino de idiomas previstos na estrutura organizacional (organograma);
- ✓ Promover a aplicação de testes de proficiência de acordo com as necessidades identificadas (CELPE inclusive);
- ✓ Ofertar disciplinas em língua estrangeira;
- ✓ Ofertar o ensino de língua portuguesa para estrangeiros;
- ✓ Promover a capacitação de docentes que atuam no ensino de línguas, bem como de técnicos que atuam nas secretarias dos cursos de idiomas;
- ✓ Ofertar cursos de idiomas em caráter permanente ou via EAD para toda a comunidade acadêmica.

Cabe destacar que nove IFs têm documentos de *Política Linguística ou Política de Línguas*, conforme quadro a seguir.

Quadro 2 – Documentos de Políticas Linguísticas dos IFs

IF	Documento	Data
IFPB	Resolução AD REFERENDUM nº 20. Dispõe sobre a Política de Línguas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba.	24 de abril de 2018.
IFSC	Resolução CONSUP nº 41. Aprova a Política de Ensino, Pesquisa e Extensão para a Área de Línguas do IFSC.	01 de outubro de 2018.
IFAL	Resolução nº 24/CS. Aprova a Política Linguística do Ifal, dispondo sobre seus valores, sua estrutura de governança e competência no âmbito do Instituto.	12 de novembro de 2018.
IF Sertão-PE	Resolução nº 54 do Conselho Superior. Aprova o Regulamento da Política Linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sertão Pernambucano – IF Sertão-PE.	13 de dezembro de 2018.

IFAP	Resolução nº 39/2019/CONSUP/IFAP. Aprova a Regulamentação da Política Linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá – IFAP.	22 de abril de 2019.
IFPR	Resolução nº 11. Institui a Política linguística do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná e fixa as diretrizes, normas e concepções de língua, ensino e aprendizagem de línguas e apoio à internacionalização.	11 de novembro de 2019.
IFCE	Resolução nº 103. Aprova a Política Linguística do IFCE e estabelece os princípios norteadores para o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, que envolvem a aprendizagem e o uso linguístico na comunidade acadêmica.	04 de dezembro de 2019.
IF BAIANO	Resolução 59/2019 - OS-CONSUP/IFBAIANO. Aprova a Política Linguística do IF Baiano	10 de dezembro de 2019.
IFSP	Portaria nº 4722. Institui a Política Linguística de Ensino, Pesquisa e Extensão do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo e dá outras providências.	20 de dezembro de 2019.

Fonte: Elaborado pelos autores.

A constituição do documento de política linguística local é, muitas vezes, reativa ao Programa Idioma Sem Fronteiras (IsF). A ênfase na internacionalização motivou a criação de Núcleos de Línguas, previstos e estimulados pelo IsF. Assim, alguns IFs possuem Núcleo de Línguas do Programa Idiomas sem Fronteiras (Nucli-IsF), desde 2017, quando o programa foi ampliado também para a rede federal, por meio da Portaria nº 30, de 26 de janeiro de 2016, e os IFs puderam participar da seleção de propostas para o credenciamento.

Do total, 16 instituições foram selecionadas e receberam suporte do MEC para ofertar cursos de línguas a distância, testes e exames de nivelamento e proficiência e outras iniciativas. Além disso, ao se credenciar como pólo desses Núcleos, a instituição passou a ter como atividade obrigatória a oferta do curso de inglês *My English Online* (MEO).

Nessa lógica, houve o desafio relacionado à implementação, desenvolvimento e à institucionalização dos Nucli-IsF, como política nacional e dos Centros (Cursos) de Idiomas como política institucional. A criação de Centros de Línguas é estratégia de internacionalização no âmbito de discussões do Forinter e do Conif, de acordo com a Portaria nº 228/2014. Com isso, alguns IFs têm buscado consolidar a internacionalização por meio da institucionalização desses Centros.

Entre os IFs, 26 possuem Centro de Línguas, ou estrutura similar que funciona como escola de língua convencional, para atendimento da comunidade interna e externa, na perspectiva extensionista. A nomenclatura dos Centros de

Línguas varia de IF para IF, no entanto, Celin (Centro de Línguas) e Cenid (Centro de Idiomas) têm sido as mais usuais.

Quadro 3 – Centro de Línguas dos IFs

1. IFAC - Centro de Estudos de Idiomas (CEIFAC)
2. IFAL - Centro de Idiomas (CI)
3. IFAP - Centro de Línguas do IFAP (CEL)
4. IFAM - Centro de Idiomas do IFAM (CI-IFAM)
5. IFCE - Centro de Línguas Estrangeiras do Ceará (CLEC)
6. IFMA - Centro de Estudos, Pesquisa e Extensão da Linguagem (CEPELI)
7. IFMG - Núcleo de Idiomas do IFMG (NUCLI)
8. IFNMG - Núcleo de Centro de Ensino de Línguas (CELIN)
9. IF SUDESTE MG - Centro de Linguagens e de Letramentos (CELL)
10. IFSULDEMINAS - Centro de Ensino de Línguas (Celin)
11. IFTM - Centro de Idiomas (CENID)
12. IFMT - Centro de Línguas e Linguagem do Instituto Federal (CELLIF)
13. IFMS - Centro de Idiomas (Cenid)
14. IFPA - Centro de Idiomas
15. IFPB - Centro de Línguas, Cultura e Estudos Linguísticos (NuCLI)
16. IFPE - Centro de Libras e Línguas Estrangeiras (CELLE)
17. IFPI - Núcleo de Ensino de Línguas Estrangeiras (NELE)
18. IFPR - Centro de Línguas (Celif)
19. IFRJ - Centro Institucional de Estudos de Línguas (CIEL)
20. IFF - Centro de Línguas (CELLIFF)
21. IFRN - Cursos de Idiomas IFRN (FUNCERN)
22. IFFar - Centro de Idiomas do Núcleo de Ações Internacionais (NAI)
23. IFRO - Centro de Idiomas
24. IFRR - Centro de Línguas (Celin)
25. IFC - Centro de Línguas do IFC (CLIFC)
26. IFSP - Centro de Línguas (Celin)

Fonte: Elaborado pelos autores.

Embora 42% dos IFs não tenham em sua estrutura um Centro de Línguas,

oferecem Cursos extensionistas de línguas em diferentes *campi* ou Cursos de Formação Inicial e Continuada (FICs).

Não há unanimidade na vinculação desses cursos a um departamento da instituição. Em alguns casos estão vinculados à pró-reitoria de ensino, em outros à extensão, ou até mesmo à assessoria de internacionalização. Além disso, a institucionalização dos Centros de Idiomas por parte de 58% dos IFs não significa que exista oferta de línguas em todos os campi. A gestão pedagógica, de recursos (humanos e materiais), em alguns IFs, é compartilhada entre os núcleos, centros de línguas (institucionalizados) ou cursos de extensão. Em algumas instituições, os centros ou espaços de línguas são polos de aplicação de exames de proficiência, como o TOEFL-ITP e TOEIC.

Tem-se, assim, como ações principais: centros de línguas/cursos de línguas e aplicação de teste de proficiência, mas também há aqueles IFs que promovem eventos culturais, científicos e capacitações; atividades de vivências interculturais; projetos e atividades interculturais transversais na tríade; eventos locais que permitem a apresentação de trabalhos científicos em outras línguas etc. Em alguns IFs há a promoção, além de inglês, espanhol, francês, do ensino de português como língua estrangeira/adicional, libras, línguas indígenas e de outras línguas adicionais (alemão, japonês, coreano, italiano). No entanto, a aplicação dos testes de proficiência oficiais ocorre, geralmente, para a língua inglesa.

Em linhas gerais e como resultados percebemos que: (1) o papel da língua como ferramenta indispensável e instrumento para as ações de internacionalização é a interface entre políticas linguísticas (PLs) e a internacionalização da educação (IE); (2) as políticas linguísticas entre os IFs se aproximam, pouco se contrapõem; (3) as PLs constituem base de política de internacionalização dessas instituições, logo os IFs têm um PL com foco na internacionalização, mesmo que implícita; (4) prevalece modelo *top-down* e reativo de PLs no contexto dos IFs; (5) algumas PLs possuem viés descritivo, funcionalista e instrumentalista para o processo de internacionalização; outras refletem a natureza dos IFs e seu contexto de forma consistente com as necessidades, prioridades locais ou com as circunstâncias atuais; (6) há escassez e/ou desarticulação de políticas de internacionalização e políticas linguísticas no contexto dos IFs, da proposta desejada e estabelecida para a Educação Profissional e Tecnológica (EPT), de formação humana integral e integrada; (7) há reprodução de modelos de países centrais no formato de seus cursos, especialmente nos centros de línguas e nos cursos de extensão; (9) os exames de proficiência se dão, especialmente, para a língua inglesa; (10) as

políticas de internacionalização e as políticas linguísticas dos IFs se (con)fundem.

Nesse cenário, verificamos, portanto, que as políticas linguísticas para internacionalização da educação (PLI), no contexto dos IFs, apresentam-se de forma híbrida, com a coexistência de sentidos e práticas hegemônicas, não-hegêmônicas e contra-hegêmônicas. Em outros termos, as PLI estão associadas à perspectiva crítica encapsulada no pensamento moderno/colonial/capitalista.

Apresentamos, assim, alguns desafios e/ou potencialidades para os IFs:

- ✓ (Re)pensar o conceito de língua/linguagem e seu papel para a internacionalização;
- ✓ Promoção do plurilinguismo/pluriculturalismo na tríade (ensino-pesquisa-extensão);
- ✓ Garantir o conhecimento em línguas no currículo;
- ✓ Capacitação para a interculturalidade, o que poderá ser feito nas mais diversas disciplinas;
- ✓ Promoção de projetos com foco em temas culturais, sociais e globais, como direitos humanos, desenvolvimento sustentável, esporte, saúde, inclusão de pessoas com deficiência, preservação do meio ambiente, etc.;
- ✓ Internacionalização da educação básica, técnica, tecnológica e superior;
- ✓ Atitude reativa em relação às agências de fomento e às políticas de cima para baixo;
- ✓ Ações coerentes com o princípio da educação como bem público e com a proposta de formação humana e cidadã;
- ✓ Equilíbrio entre local e global;
- ✓ Internacionalização em casa/do currículo;
- ✓ Acesso a informações, experiências e compartilhamento de boas práticas;
- ✓ Sensibilização da comunidade acadêmica.

Considerações finais

Este artigo teve como objetivo problematizar as políticas linguísticas na (e para) a internacionalização da educação (PLI), nos Institutos Federais de Educa-

ção, Ciência e Tecnologia (IFs), à luz da decolonialidade e da Linguística Aplicada Sular (LAS).

Os sentidos atribuídos às PLs de (e para a) internacionalização foram relacionados, especialmente, à função da língua/gem como comunicação e a proposta, especialmente, da construção de centro de línguas e de aplicação de testes de idiomas. Consideramos que os centros de línguas, como vêm sendo idealizados por alguns IFs, assemelham-se à escola de línguas convencionais, estruturados em módulos que correspondem, na maior parte, aos níveis do Quadro Comum de Referência para Línguas (QERC); e normalmente, utilizam material didático disponível no mercado de ensino de línguas, vendidos por países eurocêntricos, especialmente: Espanha, França, Estados Unidos e Inglaterra.

Consideramos que a oferta de LA, em cursos de idiomas, no formato de cursos livres, ou disciplinas ministradas em LA, não garante a internacionalização integral e transversal, no ensino, pesquisa e extensão. Além disso, delegar às LAs, apenas um lugar extracurricular, uma posição de caráter instrumental, um papel de proficiência/habilidade específica para acesso a uma prática (elitista) ou conhecimento específico, enfraquece a sua posição como conhecimento e como prática social.

Há de se pensar ainda que o ensino de línguas tem função social na medida em que permite a nossa compreensão do mundo, a reflexão sobre o contexto em que vivemos, não podendo reduzir-se à imposição de testes de proficiência e ao seu ensino apenas extracurricular desarticulado de outras disciplinas. Logo, é importante garantir o conhecimento em línguas no currículo, capacitação para a interculturalidade e a promoção do plurilinguismo na tríade (ensino-pesquisa-extensão).

Nesse sentido, a pergunta é como podemos pensar (e se há necessidade de pensar) em modelos alternativos, em futuros preferíveis ou na ruptura colonial de ensino ou de cursos baseados no modelo eurocêntrico do Conselho de Europa, alinhados ao QCER, de língua como subserviência neoliberal, de língua como ferramenta.

Não temos respostas, e por isso, devemos pensar o espaço institucional como rede de discussão, seja por meio de eventos, *webinars*. Nessa lógica, podemos dizer que em certa medida as conferências e os fóruns que vêm sendo promovidos no âmbito do Forinter (*Série de webinários - Acontece na Rede*) abrem brechas (WALSH, 2012) para as instituições poderem pensar possibilidades de enfrentamento de maneira crítica, coletiva e sistemática.

Sugerimos, apenas, que os IFs desenvolvam o olhar decolonial a fim de desconstruir ideologias naturalizadas de internacionalização e de políticas linguísticas, uma vez que as políticas são o reflexo das praxiologias dos atores e agentes institucionais. Isso seria, portanto, abrir oportunidades de produção de sentidos para todo e qualquer agente institucional e comunitário. Ampliar o interesse e respeito pela palavra do outro, no sentido freireano de voz, pelas ideias, conhecimentos, práticas e vivências dos outros é importante para construção de políticas de baixo para cima (*bottom up*) e para a promoção de maior engajamento da comunidade escolar e da sociedade como um todo.

Referências

- ARNOUX, E. Prólogo. In: SILVA, C. A. M. **América Latina e língua espanhola: Discussões decoloniais?** Campinas: Pontes editores, 2020.
- AZEVEDO, M. L. N. de; SILVA JÚNIOR, J. R.; CATANI, A. M. A internacionalização da educação superior em diálogos: circulação de ideias, bem público e imperialismo cultural. In: SILVA JÚNIOR, João dos Reis *et al.* (Orgs.). **Educação superior: internacionalização, mercantilização e repercussões em um campo de disputas.** Belo Horizonte: Fino Traço, 2015. p. 49-67.
- BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSGOUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.
- CALVET, Jean-Louis. **Sociolinguística uma introdução crítica.** São Paulo: Parábola, 2002.
- CALVET, L. J. **As políticas linguísticas.** Tradução: Isabel de Oliveira Duarte, Jonas Tenfen e Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial/IPOL, 2007.
- CANAGARAJAH, S. 2018. Translingual practice as spatial repertoires: Expanding the paradigm beyond structuralist orientations. **Applied Linguistics**, n. 39, v.1. p. 31-54.
- DUSSEL, H. **Europa, modernidad y eurocentrismo.** México: Editorial Trotta, 1993.
- DE WIT, H.; HUNTER, F.; HOWARD, L.; EGRON-POLAK, E. Internationalisation of Higher Education. **Brussels: European Parliament**, Directorate General for Internal Policies, 2015.
- DE WIT, H.; ALTBACH, P. G. Internationalization in higher education: global trends and recommendations for its future. **Policy Reviews in Higher Education**, v. 5, n. 1, p. 28-46, 2021.
- JOHNSON, D. C. **Language policy.** New York, NY: Palgrave Macmillan, 2013. 291p.
- JORDÃO, C. M. A posição do professor de inglês no Brasil: hibridismo, identidade e agência **Revista Letras & Letras**, v. 26, n. 2, p. 427-442. Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 2010.
- FORNARI, L. T. **Emancipação Humana e Educação: possibilidades e desafios para os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia.** Curitiba: Editora Appris, 2018.
- GARCÉS, F. Las políticas del conocimiento y la colonialidad lingüística y epistémica. In: CAS-

TRO-GOMEZ, Santiago; GOSFROGUEL, Ramón (Comp). **El Giro Decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Universidad Javeriana-Instituto Pensar, Universidad Central-IESCO, Siglo del Hombre, 2007.

GROSFOGUEL, R. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós-coloniais: transmodernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 80, p. 115-147, 2008.

HAMEL, R. E. El campo de las ciencias y la educación superior entre el monopolio del inglés y el plurilingüismo: Elementos para una política del lenguaje en América Latina. **Cadernos de Lingüística Aplicada**, v. 52, n. 2, p. 321-384, 2013.

HAMEL, R. E. **Los flujos del imperio**. La construcción del monopolio del inglés en el campo de las ciencias y la educación superior – Alternativas desde América Latina, México: Manuscrito, 2016.

HAMEL, R. H. La expansión del imperio del inglés: retos para las lenguas súper-centrales. In: BEIN, R. et al. (Org.). **Homenaje a Elvira Arnoux**: estudios de análisis del discurso, glotopolítica y pedagogía de la lectura y la escritura. Tomo II: Glotopolítica. Buenos Aires: Editorial de la Facultad de Filosofía y Letras Universidad de Buenos Aires, 2017a. p. 41-66.

HAMEL, R. H. Enfrentando las estrategias del imperio: hacia políticas del lenguaje en las ciencias y la educación superior en América Latina. In: DINIZ, A. G.; PEREIRA, D. A.; ALVES, L. K. (Orgs.). **Poéticas e políticas da linguagem em vias de descolonização**. São Carlos, SP: Pedro & João Editores, 2017b. p. 229-261.

MALDONADO-TORRES, N. Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROFOGUEL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial**: reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global. Bogotá: Siglo del Hombre Editores, 2007, p. 127-167.

MALDONADO-TORRES, N. Analítica da colonialidade e da decolonialidade: algumas dimensões básicas. In: BERNARDINO-COSTA, J.; MALDONADO-TORRES, N.; GROSFOGUEL, R. (Orgs.). **Decolonialidade e pensamento afrodiáspórico**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020. 365p.

MIGNOLO, W. **Histórias locais/projetos globais**: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar. Tradução de Solange Ribeiro de Oliveira. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2020.

MIGNOLO, W. Colonialidade: O lado mais escuro da modernidade. **RBCS**, v. 32. n. 94. 2017.

MIGNOLO, W. **La Idea de América Latina**: la herida colonial y la opción decolonial. Barcelona: Gedisa Editorial, 2007.

OLIVEIRA, G. M. O lugar das línguas: A América do Sul e os mercados linguísticos na Nova Economia. **Synergies Brésil**, Número Especial 1, p. 21-30, 2010.

OLIVEIRA, G. M. Política linguística e internacionalização: a língua portuguesa no mundo globalizado do século XXI. **Trab. linguist. apl.**, 2013, v. 52, n. 2, p. 409-433.

OREGIONI, M.S. La internacionalización universitaria desde una perspectiva situada: tensiones y desafíos para la región Latinoamericana. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, v. 3, n. 1, p. 114-133, 2017.

PESSOA, R. R.; SILVA, K. A. da; FREITAS, C. C. de. (Orgs.). **Praxiologias do Brasil Central sobre educação linguística crítica**. São Paulo: Pá de Palavra, 2021.

PENNYCOOK, A. **Critical Applied Linguistics: a critical introduction**. Mahwah: Laurence Erlbaum Associates, 2001.

PENNYCOOK, A. Uma linguística aplicada transgressiva. *In*: MOITA LOPES, L. P. (Org.). **Por uma linguística aplicada (in)disciplinar**. São Paulo: Parábola, 2006.

PENNYCOOK, A. Linguística aplicada dos anos 90: em defesa de uma abordagem crítica. *In*: SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

PENNYCOOK, A.; MAKONI, S. **Innovations and Challenges in Applied Linguistics from the Global South**. Routledge: London and New York, 2020.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. *In*: LANDER, Edgardo. (org.). **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais**. Buenos Aires: Conselho Latino-americano de Ciências Sociais - CLACSO, 2005, p. 117-141.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder e classificação social. *In*: SANTOS, B. de S.; MENESES, M. P. (Orgs.). **Epistemologias do Sul**. São Paulo: Cortez, 2009. p. 73-117.

RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? *In*: NICOLAIDES, C.; SILVA, K. A. da; TILIO, R.; ROCHA, C. H. (Orgs.). **Política e Políticas Linguísticas**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2013, p. 19-42.

RAJAGOPALAN, K. Políticas públicas, línguas estrangeiras e globalização: a universidade brasileira em foco. *In*: ROCHA, C. H.; BRAGA, D.B.; CALDAS, R.R. (Orgs.). **Políticas linguísticas, ensino de línguas e formação docente: desafios em tempos de globalização e internacionalização**. Campinas, SP: Pontes Editores, 2014.

SHOHAMY, E. **Language policy: hidden agendas and new approaches**. London: Routledge, 2006.

SIGNORINI, I.; CAVALCANTI, M. C. (Orgs.). **Linguística aplicada e transdisciplinaridade: questões e perspectivas**. 2. ed. Campinas: Mercado de Letras, 2007.

STALLIVIERI, L. **Internacionalização e intercâmbio: dimensões e perspectivas**. Curitiba: Appris, 2017.

WALSH, C. Interculturalidad crítica y (de)colonialidad. **Ensayos desde Abya Yala**. Quito: Editorial Abya-Yala, Serie Pensamiento decolonial, 2012.

WEI, L. Translanguaging as a practical theory of language. **Applied linguistics**, v. 39, n.1, 9-30, 2018.

Sobre os autores

Renata Mourão Guimarães - Doutoranda em Linguística da Universidade de Brasília; Brasília/DF. Professora do Instituto Federal de Brasília (IFB). E-mail: renata.guimaraes@ifb.edu.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1628619307066090>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-5757-4879>.

Kleber Aparecido da Silva - Pós-Doutor em Estudos da Linguagem pela Penn

State University (USA). Professor do Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL) da Universidade de Brasília (UnB); Brasília-DF. E-mail: kleberunicamp@yahoo.com.br. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5411877784984041>. OrcID: <https://orcid.org/0000-0002-7815-7767>.